

Três Tipos de Candidatura no Pleito Presidencial de 2002: oposicionista, governista e continuísta

*Jair Pinheiro**

Resumo:

A eleição de 2002 apresentou um baixo grau de polarização política e ideológica que a distingue dos demais pleitos presidenciais após o regime militar. Esta característica é devida a opções e estratégias políticas dos principais candidatos, objeto de análise deste artigo.

Na eleição presidencial de 2002 os principais candidatos se esmeraram no esforço de convergir para o que se convencionou chamar de responsabilidade política. O que quer que isto signifique, na prática significou excluir do debate eleitoral projetos alternativos àquele implantado já a partir de 1990 ou mitigá-los e disfarçá-los, o quanto possível, com eufemismos nos planos de governo ou, em última instância, relegar o debate sobre os planos a círculos restritos.

A análise desenvolvida a seguir é necessariamente limitada por se tratar de um caso particular, além de a base empírica restringir-se quase exclusivamente a matérias de imprensa, o que faz dela mais um pretexto para futuras pesquisas do que um modelo teórico acabado. Apesar desses limites, por tratar-se de um caso que apresenta as principais características das democracias representativas contemporâneas, creio que a análise está apoiada em fundamentos seguros.

O período abordado limita-se ao da campanha eleitoral, a partir das convenções partidárias, embora com referência a alguns fatos anteriores ou posteriores úteis ao esclarecimento de alguma assertiva. Com isso, descarto desde já a tentação de fazer prognóstico para o governo, ainda que as

* Doutor em Ciência Política pela PUC-SP, membro do NEILS e professor da Universidade Nove de Julho.

características assumidas pela candidatura vitoriosa contenham algumas indicações neste sentido.

Como o espaço que disponho é pequeno, a citação do material empírico e as indicações bibliográficas serão sumárias, apenas para informar ao leitor as fontes e as referências utilizadas.

Cabe uma última informação introdutória, que é por que não trato das duas candidaturas (José Maria, pelo PSTU, e Rui Pimenta, pelo PCO) situadas à esquerda e que se enquadram na categoria oposicionista, segundo o esquema aqui adotado. A razão é simples e despida de qualquer juízo de valor sobre ambas as candidaturas. Como meu propósito é o exame empírico do processo eleitoral de 2002, ambas as candidaturas tiveram participação irrelevante do ponto de vista eleitoral, seja pelo percentual de voto conquistado seja pela influência quase nula na agenda política do período. Evidentemente, essa participação irrelevante também pode ser objeto de investigação, já que ela está longe de ser um dado natural.

Um figurino para muitos candidatos

A necessidade de administrar a própria imagem apresentada ao eleitor e, ao mesmo tempo, de acenar com a bandeira da estabilidade monetária para os setores dominantes do empresariado fez com que os candidatos oscilassem nas maneiras de se apresentar, pois, de um lado, as pesquisas indicavam o desejo de mudança por parte do eleitor e, de outro, a instabilidade financeira se insinuava no horizonte desde o final de 2001, o que causava forte apreensão nos setores mais influentes do capital.

Na conjuntura em que se processou o debate eleitoral, qualquer menção a propostas de mudança da política econômica poderia desencadear uma onda de acusações de irresponsabilidade que poderia provocar (e provocava de fato) fuga de capital, o que alimentou um debate acerca do impacto do favoritismo de Lula sobre o comportamento do mercado financeiro, como apelo à responsabilidade¹ deste candidato e, por extensão, dos demais também. A rigor, uma indisfarçável cobrança de adesão a teses conservadoras.

Cada candidato procurou, à sua maneira, acenar com mudanças, para o eleitor, e com estabilidade financeira, para o capital². Daí resultou uma competição pelo figurino de oposição entre Ciro (como preparado e experiente), Lula (como maduro e conhecedor do Brasil profundo) e Garotinho (como religioso e comprometido com os pobres³), ao mesmo tempo em que

¹ *Folha de São Paulo*, 25/06/02. Editorial intitulado "O PT e os Mercados".

² *Folha de São Paulo*, 07/08/02. Elio Gaspari.

³ *Folha de São Paulo*, 25/09/02.

flertavam com o continuísmo. Serra, por sua vez, flertava com o figurino de oposição enquanto vestia o de continuísmo (continuidade sem continuísmo).

O modo como os candidatos se apresentaram criou um primeiro cenário no qual o candidato governista (Serra) não se apresentava abertamente como tal; Garotinho, cuja estampa era oposicionista, não tocava diretamente as questões delicadas da conjuntura e, os outros dois candidatos oposicionistas (Lula e Ciro), ao tocar os problemas conjunturais, flertavam com o continuísmo.

Os quatro candidatos sentiram-se obrigados a manifestar-se sobre a dívida pública⁴. Num segundo momento, quando a campanha já estava nas ruas e o campo de ação de cada candidato definido, Garotinho, que não lograra atrair para sua candidatura o apoio de lideranças partidárias mais expressivas e nem chegou a despontar nas pesquisas com chances de vitória, passou a emitir as críticas mais duras ao comportamento dos concorrentes em relação à dívida pública⁵.

A candidatura Lula assumiu uma postura mais pragmática do ponto de vista da disputa eleitoral. Enquanto o candidato se dedicava a lapidar sua imagem de moderação, seus auxiliares e correligionários encarregavam-se dos assuntos mais polêmicos⁶, a fim de evitar o espírito anti-Lula⁷ que a coordenação da campanha identificava como a causa da derrota nas três eleições anteriores em que Lula fora candidato.

No caso de Ciro, foi notável o esforço retórico para manter a aura de candidato oposicionista e independente e, ao mesmo tempo, transmitir a idéia de compromisso com os encargos da dívida pública⁸, o que assegurava à sua candidatura o necessário continuísmo para atrair setores empresariais.

Diferentemente dos demais candidatos, Serra precisava conferir à sua candidatura tinturas oposicionistas. À acusação de representar um governo que havia engessado a economia com juros elevados, câmbio sobrevalorizado e comprometido a infra-estrutura produtiva por falta de investimentos, o candidato contrapôs um programa que pregava um

"grande ativismo governamental" a ser orientado por um plano de quatro pontos:

⁴ *Folha de São Paulo*, 19/08/02.

⁵ *Folha de São Paulo*, 19/09/02.

⁶ *Folha de São Paulo*, 17/08/02.

⁷ *O Estado de São Paulo*, de 19/09/02, em editorial intitulado A "precificação de uma vitória de Lula".

⁸ *O Estado de São Paulo*, 20/08/02.

Derrubar o elevado déficit com o exterior, por meio da substituição competitiva das importações e do aumento das exportações, que seriam desoneradas;

Reforma tributária, eliminando itens que tiram a competitividade de produtos nacionais. Inclui desonerar a folha de pagamentos das empresas. A cumulatividade seria eliminada para acabar com impostos em cascata que prejudicariam exportações;

Investimentos privados e públicos em Infra-Estrutura. Seriam atacados "gargalos" como os de energia, transporte e saneamento;

Melhorar a oferta e as condições de financiamento de longo prazo para viabilizar a retomada do investimento produtivo.⁹

Em resumo, na eleição presidencial de 2002 as cartas foram embaralhadas como não haviam sido nas três eleições anteriores. À exceção de Garotinho que mantivera uma postura de franco-atirador, dirigindo críticas e farpas a todos os concorrentes, embora no período pré-convenções tivesse buscado sem sucesso o apoio do PFL e de Paulo Maluf (do PPB – Partido Progressista Brasileiro), os demais candidatos convergiram para uma posição de compromisso com as exigências do mercado financeiro, ainda que sem perder as nuances que caracterizavam cada um.

Líderes políticos à procura de burgueses, estes à procura daqueles e, todos, de olho no eleitor

Como desenvolverei mais adiante, a competição pelo voto é a terceira e última fase do processo eleitoral. Mas isto apenas porque o processo se encerra com a própria eleição, pois as demais fases são influenciadas por esta competição. Não por acaso, uma das marcas de uma campanha eleitoral são as frases grandiloqüentes de elogio às supostas virtudes do eleitor.

Essa grandiloqüência chegou ao ponto de um filósofo ter afirmado, a propósito do resultado da eleição de 1994, que o eleitor havia tomado uma decisão racional. Entretanto, as evidências empíricas indicam que não há eleitor, no singular, mas eleitores com as mais diversas motivações e suscetíveis a outras tantas para a definição do voto e o “empreendimento eleitoral”, por sua vez, consiste justamente em manipular racionalmente tais motivações. Nessas circunstâncias, é desnecessário acrescentar que a racionalidade do “empreendimento eleitoral” apenas coincide com a de alguns eleitores

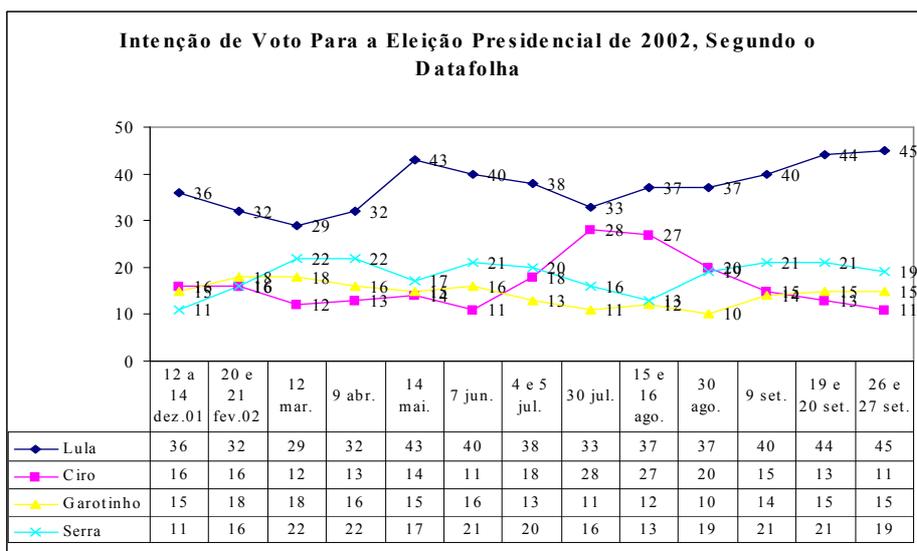
⁹ Folha de São Paulo, 07/08/02.

específicos e identificáveis e cujos interesses são a base de um plano de governo que articula/subordina interesses de outros eleitores.

Até a realização das convenções partidárias, era dado como certo que o segundo turno seria disputado por Serra e Lula. Mais do que o desejo das partes de que assim fosse, por trás dessa convicção estava o fato de que importantes lideranças empresariais ligadas à Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – e ao setor financeiro (que, aliás, foi o maior doador da campanha de FHC em 1994 e 1998 e de Serra em 2002) manifestara apoio a Serra e, por outro lado, devido à longa trajetória de apoio do PT às bandeiras populares, Lula tornou-se o candidato com o maior contingente eleitoral consolidado.

Apesar de Serra aparecer próximo de Ciro e Garotinho nas pesquisas de intenção de voto, do ponto de vista dos apoios conquistados ou a conquistar entre técnicos, empresários e lideranças políticas, Ciro e Garotinho não pareciam ter potencial para ameaçar o favoritismo de Lula e Serra.

Como o gráfico à frente demonstra, Garotinho não passou dos 18% de intenção de voto, tendo seu melhor momento em 12/03/02, quando as candidaturas ainda nem estavam oficializadas. Membro do PSB – Partido Socialista Brasileiro –, com apenas 26 deputados federais e três governadores (sendo ele mesmo um deles) e sem lograr êxito em atrair os apoios, como já mencionado, a campanha de Garotinho acabou marcada por seu discurso voltado ao eleitorado evangélico e pela postura de franco-atirador, sem definir claramente quem era seu alvo.



Ciro, por sua vez, membro do PPS – Partido Popular Socialista – (ex-PCB), ex-ministro da fazenda (quando ainda pertencia às fileiras do PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira) no segundo semestre de 1994, em substituição a Fernando Henrique Cardoso, que concorreria às eleições daquele ano, não parecia ameaçar. Todavia, a partir do mês de julho, com as candidaturas já oficializadas, as pesquisas eleitorais passaram a indicar uma mudança no quadro esperado, efeito de fatos que repercutiram negativamente no desempenho de Serra e Lula e positivamente no de Ciro.

No caso de Serra, a identidade de candidato governista pesava-lhe muito após a fadiga do contraste entre os “ricos discursos e os miseráveis efeitos da política neoliberal” (Motta, 2002) de oito anos de governo, o que o levou à criação do inusitado lema: continuidade sem continuísmo, e, por outro lado, a apreensão – dada como *armação* do grupo de apoio de Serra – de R\$ 1,3 bilhões no cofre da empresa Lunus, de propriedade de Roseana Sarney (governadora do Maranhão e pré-candidata pelo PFL – Partido da Frente Liberal) e de seu marido, resultando em rompimento daquele partido com o candidato, que já não era benquisto pelos pefelistas. Algumas das principais lideranças pefelistas passaram a apoiar Ciro, enquanto outras se eximiram de apoiar abertamente algumas das candidaturas.

Do lado petista também havia uma pedra no meio do caminho, ou melhor, duas: denúncia de cobrança de propina na prefeitura de Santo André, administrada pelo PT¹⁰, e a instabilidade financeira. A denúncia ameaçou, por algum tempo, jogar o PT na vala comum dos políticos desonestos, mas, no decorrer da campanha o partido logrou neutralizar os efeitos negativos. A instabilidade do mercado financeiro, por sua vez, acabou por reforçar a percepção de que o candidato devia ter bom preparo para garantir a estabilidade monetária, o que pesava contra Lula pelo histórico de crítica do PT à política econômica do governo que tinha a liberalização do mercado financeiro como um dos seus principais componentes. Esses acontecimentos levaram a mudanças na expectativa de voto do eleitor a partir do começo de julho, conforme o gráfico acima.

No que se refere à candidatura Ciro, a instabilidade financeira fez com que alguns setores empresariais passassem a vê-la como alternativa à candidatura Lula, já que a de Serra não avançava, além de algumas lideranças políticas desgarradas do ninho tucano terem passado a apoiá-la.

Essa mudança de tendência do eleitor¹¹ provocou uma reviravolta nos

¹⁰ Revista *Veja*, de 26/06/02. O jornal *Folha de São Paulo* manteve uma coluna sob a rubrica “PT sob suspeita” ao longo da campanha.

¹¹ *Folha de São Paulo*, de 04/08/02. “A subida de Ciro Gomes (PPS) nas pesquisas foi feita arrebanhando eleitores anteriormente indecisos em primeiro lugar, mas também “à custa” de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de José Serra (PSDB). Entre os que decidiram

arranjos e alianças firmados nas convenções e levou lideranças empresariais a se manifestarem francamente. Talvez a primeira e mais estrepitosa movimentação manifestação dessa reviravolta tenha vindo das lideranças pefelistas em apoio a Ciro, seguidas de lideranças do PMDB, coligado com o PSDB, que também passaram a apoiar Ciro aberta ou veladamente¹².

Este movimento de lideranças políticas repercutiu no posicionamento das lideranças empresariais. O jornal *O Estado de São Paulo*, de 15/08/02, informou que,

Ao homenagear o presidente Fernando Henrique Cardoso (...) em solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI), o empresário paulista Antônio Ermírio de Moraes disse que não há lugar no Brasil para pessimistas e para dirigentes de “pavio curto”. Eleitor declarado do candidato tucano, José Serra, ele elogiou a gestão Fernando Henrique e cobrou “decência” para a discussão dos problemas do País. “O senhor é um presidente dedicado, atuante, não é de pavio curto. Temos de evitar esse tipo de ação lá na frente”, disse. “Contamos com sua ajuda para botar juízo na cabeça de todos esses pretendentes da coroa brasileira. Pavio curto não serve para o Brasil. Precisamos de gente firme, de bom senso e de determinação”, acrescentou, numa referência ao presidenciável do PPS, Ciro Gomes.¹³

A conjuntura econômica e a queda de intenções de voto de Serra provocaram uma oscilação no posicionamento da burguesia. Se, para alguns, Ciro representava a segunda alternativa¹⁴, para outros, esta alternativa era duvidosa ou portadora do risco de instabilidade. Essa movimentação foi interpretada pelo comando da campanha de Lula como sinalização de que era possível agir para que não prosperasse o espírito anti-Lula, como já mencionado. Assim, o PT intensificou o contato com empresários, banqueiros nacionais e internacionais e com o FMI e, a julgar pelas manifestações de personalidades ligadas a esses setores, a estratégia atingiu o fim esperado¹⁵.

A reação de Serra ao desempenho de Ciro, na disputa pelo segundo lugar, também beneficiou Lula na medida em que o primeiro transformou o segundo em alvo de uma campanha de “destruição da personagem” (Castells, 1999), deixando o terceiro livre de embate direto.

votar em Ciro há menos de um mês, 31% não sabiam ou estavam indecisos sobre que candidato apoiar.”

¹² *Folha de São Paulo*, 13/08/02.

¹³ Em artigo intitulado “Coerência: o pensar e o falar”, *Folha de São Paulo* de 11/08/02, o empresário discorre didaticamente sobre o conceito de coerência para alertar o eleitor quanto ao risco da escolha de um candidato incoerente, numa alusão a Lula, sem citá-lo nominalmente.

¹⁴ *Folha de São Paulo*, de 29/07/02.

¹⁵ *Folha de São Paulo*, 17/08/02. Coluna de Fernando Rodrigues.

A campanha de Ciro acusou o golpe¹⁶, mas, se o ataque de Serra derrubou o adversário e garantiu um lugar no segundo turno, não fortaleceu sua campanha. A maioria dos eleitores parecia obstinada a votar na oposição, pois as intenções de voto que haviam migrado de Lula e de Serra para Ciro agora faziam o caminho de volta¹⁷, repondo o quadro anterior de favoritismo de Lula e estagnação de Serra. Essa reviravolta provocou novo realinhamento entre lideranças políticas e empresariais, mesmo porque, à semelhança do esporte da preferência nacional, também no processo eleitoral ninguém quer aparecer ao lado do perdedor. Porém, diferentemente da competição esportiva, em que a derrota expõe o perdedor à ira da torcida que lança sobre ele ovos e tomates, entre outros objetos, a ira do eleitorado interrompe carreiras políticas e corrói a legitimidade das políticas de governo, o que preocupa lideranças políticas e empresariais, embora nem sempre pelos mesmos motivos.

Finalmente, após altas e baixas, o primeiro turno confirmou a expectativa de um segundo, entre Lula e Serra. A Lula cabia, a partir de então, a tarefa de ocupar o terreno aplainado durante a primeira fase da campanha, ou seja, consolidar o apoio conquistado entre os setores empresariais e evitar deslizamentos que pudessem comprometer a imagem construída.

A Serra, após uma campanha acirrada pelo segundo lugar, cabia a árdua tarefa de demonstrar, ao eleitorado e àqueles setores empresariais que hipotecavam apoio a Lula, que este apoio, por herança natural, era devido a ele, candidato preparado para implementar as mudanças que o país precisava. Assim se lhes afigurava a conjuntura. Pelo menos é o que davam a entender.¹⁸

Porém, do ponto de vista eleitoral, o quadro sucessório já estava definido em favor da oposição, pois, no primeiro turno, Serra nunca chegou a ultrapassar o patamar de 22%, conforme o gráfico acima, e, quando Lula caiu nas pesquisas, como já adiantado, as intenções de voto migraram para Ciro. Parece não haver dúvida que a experiência do governo tucano selara a sorte do seu candidato.

Se os fatores que explicam a tendência eleitoral oposicionista parecem claros, o mesmo não se aplica aos que explicam a adesão de importantes setores empresariais a Lula. A rigor, não é difícil identificar esses fatores¹⁹, ainda que

¹⁶ *Época*, de 02/09/02.

¹⁷ *Folha de São Paulo*, de 04/08/02, para a migração de voto de Lula e de Serra para Ciro, e, de 01/09/02, que informa os estratos nos quais Ciro cai após o ataque deferido por Serra, informação que permite deduzir com razoável margem de segurança que ele perdera as intenções de voto conquistadas no período imediatamente anterior.

¹⁸ *Folha de São Paulo*, de 06/10/02.

¹⁹ A imprensa contém fatores que vão da insatisfação de importantes lideranças empresariais com a política econômica do governo Cardoso, principalmente de setores industriais e comerciais, *Carta Capital*, de 02/10/02, até a percepção generalizada de que ao problema de segurança urbana subjaz um problema social, *Revista da Folha*, de

não todos; mas explicar adequadamente sua combinação e mesmo como os membros do grupo dirigente reunido em torno de Lula atuaram para consolidar alguns deles requer uma pesquisa com um escopo mais amplo, impossível de ser contemplado neste breve espaço.

Assim, nos termos da análise aqui empreendida, a vitória eleitoral de Lula também no segundo turno apenas confirmou a tendência oposicionista que já era detectada antes do primeiro turno. Portanto, a surpresa fica por conta da já referida adesão de importantes lideranças empresariais à candidatura Lula e do esforço de campanha para obter tal adesão.

Com isso, chega-se a um fim ambíguo de um processo marcado pela ambigüidade, no qual, um candidato claramente identificado com um ideário oposicionista assume uma retórica (e, também, compromissos) continuista para catalisar a tendência oposicionista; movimento que é confirmado pelas primeiras medidas do governo Lula²⁰.

Três tipos de candidatura

O debate eleitoral apresentou tendência de polarização entre governismo e oposicionismo. Todavia, a expectativa de mudança por parte do eleitorado e as exigências de agentes do mercado financeiro, que esperavam dos candidatos um aceno com a garantia de cumprimento dos compromissos firmados pelo governo, geraram uma situação de potencial conflito entre a competição pelo voto dos eleitores e pelo apoio (político e financeiro) de importantes setores empresariais.

Um dos efeitos dessa situação foi matizar a polarização entre governismo e oposicionismo, provocando um certo hibridismo que marcou a retórica eleitoral de Lula, Serra e Ciro a partir de agosto. Por que a partir de agosto? Pelo menos três fatores coincidiram, no fim de julho e início de agosto, influenciando nas estratégias dos candidatos: a) tendência de crescimento da candidatura Ciro na preferência do eleitorado, já captada pelos institutos de

01/12/02, o que motivou segmentos abastados a apoiar um candidato que julgavam reciclado e capaz de "falar para os espoliados" sem subverter a ordem estabelecida, como um gesto de autodefesa da sua condição de apropriadores privilegiados da mais-valia social.

²⁰ Alguns analistas têm interpretado essas medidas como sinal inequívoco de continuismo enquanto outros vêem-nas como necessárias à transição entre modelos distintos. Na *Folha de São Paulo* de 07 e 14/02/03, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro do governo Cardoso, se diverte com o que ele considera tomada de consciência tardia da realidade pelo PT. *Primeira Leitura* de janeiro de 2003, Jarbas Passarinho, com longa ficha de serviços ao regime militar e ex-senador, vaticina que Lula se esforçará para ser mais eficiente que Cardoso. *Folha de São Paulo*, de 09/02/03, Maria da Conceição Tavares, ex-deputada federal pelo PT- RJ, avalia tais medidas como necessárias à transição de modelo econômico a ser implantada por Lula.

pesquisa no início de julho²¹, b) acordo com o FMI, dado como necessário para a manutenção da estabilidade do mercado financeiro, o que mereceu gestões favoráveis inclusive de banqueiros estadunidenses²² e, c) como já mencionado anteriormente, iniciativa do presidente Cardoso de receber os candidatos em audiência para tratar do referido acordo, pois autoridades ligadas ao FMI já haviam explicitado a preocupação com o compromisso do eleito com as metas de superávit primário acertadas para o ano seguinte²³.

O hibridismo a que me refiro consistiu no fato de que Lula, Serra e Ciro matizaram suas respectivas retóricas com vistas a atender às exigências da disputa eleitoral. Daí resultou a configuração de três tipos de candidatura: governista, oposicionista e, um terceiro que, por falta de um termo simples que expressasse sua ambigüidade, denominei *continuista*, apesar dos riscos de incompreensão, já que este termo tem sentido inequívoco de continuidade.

É justamente uma situação de ambigüidade ou de contradição aberta ou potencial típica de uma crise de hegemonia (Poulantzas, 1977) que leva os candidatos a adotarem retórica e, às vezes, bandeiras diferentes daquelas naturalmente esperadas do caráter originário da sua candidatura, principalmente se nenhum dos candidatos vislumbra dirigir – nem dar apoio a um processo em curso que possa levar – a luta política além das regras eleitorais vigentes e do quadro institucional estabelecido.

Essa formulação teórica requer uma justificativa empírica, qual seja, a de que o período apresentava traços de uma crise de hegemonia, pelo menos potencialmente. Apoio-me nas análises de Saes, para quem, “cada setor social subalterno da frente política conservadora” de sustentação do governo Cardoso tendia “a apoiar tão-somente a execução daqueles aspectos específicos do programa neoliberal que” correspondiam “aos seus interesses; (...)” (2001: 87), o que implicava opor alguma *resistência* à execução de políticas que se chocassem com seus interesses, para concluir que o processo eleitoral para a sucessão daquele governo transformou-se em uma oportunidade para novos arranjos político-institucionais com vistas a um novo modelo de desenvolvimento econômico, o que, evidentemente, pode levar a rearranjos no bloco no poder.

Nesse contexto, a responsabilidade pela estabilidade institucional do Estado capitalista combinada com variações na política econômica que permita o rearranjo entre as frações burguesas pode migrar da candidatura governista para a *continuista*, desde que, embora estranha às hostes partidárias governistas, ela apresente condições para desfraldar bandeiras de continuidade sem parecer

²¹ *Isto É*, de 03/07/02.

²² *Folha de São Paulo*, de 09/08/02.

²³ *News Brief* nº 02/85, de 07/08/02. In: www.imf.org

a pura e simples reprodução da situação existente, ou seja, condições de produzir uma *inovação conservadora* ou uma *conservação inovadora*.

Disso resultam três características da candidatura *continuista*. Primeira, não é necessariamente colocada no começo do processo, podendo ou não se constituir conforme o desenvolvimento da competição. Segunda, apresenta-se sob uma forma paradoxal: se conservadora, ela precisa adquirir um verniz de inovação e, se progressista, um verniz de conservadorismo. Daí resulta que a própria candidatura que se apresenta como oposicionista pode ter ou adquirir caráter ou traços continuistas. Finalmente, se vitoriosa, a polarização governismo/oposicionismo será repostas como opções alternativas ao governo.

Além da crise de hegemonia aberta ou potencial, quais outras circunstâncias podem favorecer o surgimento da candidatura *continuista*? Esta é, talvez, a questão mais difícil de ser respondida por uma análise teórica do processo eleitoral devido a duas ordens de fatores que apresentam um alto grau de imprevisibilidade. Por um lado, é muito amplo o leque de bandeiras em torno das quais os líderes políticos podem constituir grupos dirigentes e, a partir daí, conseguir o apoio eleitoral da(s) diversa(s) fração(ões) burguesas e, por outro lado, são muitos os descompassos da ação política dos grupos dirigentes e de diferentes lideranças internas a esses grupos.

O problema das bandeiras em torno das quais os líderes políticos podem organizar grupos dirigentes – que é a primeira ordem de fatores – está relacionado à luta pela hegemonia entre as diversas frações de classe e aos arranjos políticos que daí podem resultar.

No que se refere ao descompasso da ação política dos líderes e dos grupos dirigentes – que é a segunda ordem de fatores – o terreno torna-se ainda mais pantanoso, pois tais grupos dirigentes são instáveis na medida em que eles se constituem em torno de lideranças cuja perspectiva imediata é sua carreira política, razão pela qual num mesmo partido pode haver vários grupos dirigentes sem linha divisória clara entre eles, ou, até mesmo, não coincidirem com as agremiações partidárias. Examinemos brevemente cada uma dessas ordens de fatores.

As bandeiras e os projetos políticos

Antes de mais nada, conforme assinalaram diversos autores (Schumpeter, 1984; Rees, 1995 e Castells, 1999) em diferentes épocas e lugares, nas democracias contemporâneas o processo eleitoral é um fenômeno de comunicação de massa, caracterizado pela competição entre os candidatos pelo voto do eleitor. Em consequência disso, uma candidatura se constitui em um “empreendimento eleitoral”, com orçamento, contratação de funcionários

especializados, cronograma, metas parciais subordinadas ao objetivo final e definição do público alvo²⁴.

Na aparência, essa característica se impõe, fazendo sombra às demais, o que leva os estudos de inspiração liberal a se concentrarem nos aspectos a ela relacionados. Aqui, contudo, ela é tratada apenas como aparência mesmo, ou seja, como manifestação exterior de um processo cujo caráter intrínseco é a dominação política de classes.

Assim sendo, a bandeira política é ambivalente. Ela precisa, de um lado, ser sedutora para o eleitorado, pois uma das suas funções precípua é a de ser lema da propaganda eleitoral, e, de outro, aglutinar os grupos dirigentes da(s) agremiação(ões) partidária(s) ou servir de base para a constituição de novos. A satisfação dessas necessidades, além do plano de governo, será um dos critérios utilizados pelas diversas frações burguesas para hipotecar seu apoio a um candidato.²⁵

O processo eleitoral torna-se, então, uma competição entre líderes políticos apoiados em grupos dirigentes. Esta visão, identificada tanto com a teoria pluralista como com a das elites, não deve ser recusada no quadro de uma visão crítica, mas apresentada como aquilo que ela é de fato, como já avançado, o modo de manifestar-se da dominação de classe nas democracias burguesas.

O processo eleitoral oculta a dominação de classe na medida em que todos os eleitores são interpelados individualmente na competição pelo voto, embora o processo consista em uma tripla competição: primeiro, as lideranças políticas competem para manter ou (re)organizar grupos dirigentes, em seguida, esses grupos competem pelo apoio das frações de classe dominantes e, por último, pelo voto do eleitor. Apesar de essas três fases do processo serem institucionalmente seqüenciais, cada uma supõe as demais, de modo que suas respectivas tarefas se sobrepõem ao longo de uma campanha eleitoral.

À primeira fase corresponde a luta partidária e intrapartidária pela constituição da chapa concorrente, o que envolve alianças, promessas de cargos públicos e benesses a correligionários, cálculo de riscos eleitorais por parte dos candidatos, etc.; à segunda, a competição entre os candidatos e seus respectivos grupos dirigentes pelo apoio das frações de classe dominantes²⁶; e, à terceira, a

²⁴ *Folha de São Paulo*, de 15/09/02.

²⁵ *Jornal da Tarde*, de 30/07/02. "Segundo um diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os banqueiros devem contribuir com os quatro principais candidatos. Mas em épocas de 'vacas magras' o valor das doações vai depender essencialmente de dois fatores: receptividade do candidato junto ao setor e sua posição nas pesquisas".

²⁶ A legislação eleitoral brasileira proíbe a arrecadação de fundos de campanha antes da convenção partidária que oficializa a candidatura. Como na prática a arrecadação e a busca de apoio político junto aos setores empresariais ocorrem ao longo do tempo, sem

competição pelo voto, que é caracterizada pelo que podemos denominar “gerenciamento da imagem” (Thompson, 1995) do candidato e do grupo dirigente que o apoia e acompanha, destacando, suprimindo e/ou dosando aspectos de si conforme expectativa da audiência, previamente captada em pesquisa dirigida.

Grupos dirigentes e lideranças políticas

A competição política favorece a consolidação de lideranças e a formação de grupos em torno das mesmas. Quando tais grupos logram dominar a direção partidária e/ou cargos-chaves no Executivo e no Legislativo tornam-se grupos dirigentes do partido com cacife, portanto, para aspirarem chegar ao governo, ou seja, levar o partido ao governo sob sua liderança. Desse modo, os grupos dirigentes formam-se ou dissolvem-se conforme o desenvolvimento da competição partidária e intrapartidária, o que os torna instáveis; mesmo porque, no processo eleitoral, a ação de uma liderança em apoio a uma candidatura pode representar também a dissolução de um grupo dirigente e a formação de outro.

A rigor, as democracias representativas são também democracias partidárias na medida em que os partidos têm sido um dos seus pilares organizacionais e portadores de projetos sociais (Cerroni, 1982). Por isso, os partidos são instituições formadoras de quadros políticos para os grupos dirigentes e, o exercício de cargos executivos e/ou legislativos por suas lideranças contribui decisivamente para a consolidação dos mesmos.

O Estado, por sua vez, é uma instituição formadora de quadros técnicos para os grupos dirigentes, pois uma tecnocracia experiente e consolidada é de importância inquestionável para aqueles que pretendem administrar o Estado sem questioná-lo. Não por acaso, a presença dessa categoria nas fileiras de um partido costuma ser apresentada como um trunfo na competição eleitoral, pois permite à agremiação apresentar-se como formada também por quadros técnicos²⁷.

Além dessas instituições, constituem ambientes formadores de quadros políticos e técnicos para grupos dirigentes o intercâmbio entre: a) Estado e universidade, b) empresa e universidade e, c) Estado e empresa. Prova-o a circulação de quadros técnicos e conhecimentos (sob variadas formas, de

obediência a essa determinação legal, Roseana Sarney desafiou os candidatos a explicarem como se financia uma campanha, para se defender da pressão para explicar a origem do montante de R\$ 1,3 bilhões encontrados no cofre da Lunus, empresa de sua propriedade, e dado como fundo de campanha, já que ela era pré-candidata do PFL à presidência da república.

²⁷ *Folha de São Paulo*, de 04/08/02.

simples pareceres a pesquisas técnico-científicas) entre essas instituições.

Em resumo, o processo eleitoral competitivo e a institucionalização da atividade política como carreira profissional leva à formação de grupos dirigentes, os quais são formados de líderes políticos e de tecnocratas, independentemente da adscrição de classe dos mesmos. Por isso, a constituição de carreiras profissionais sólidas e a interpelação ideológica burocrática são fundamentais para a formação de tais quadros.

Embora não seja o caso da eleição aqui examinada, deve-se assinalar que as características da democracia burguesa permitem a formação e a eleição de lideranças populistas ligadas a grupos dirigentes formados aleatoriamente ou arbitrariamente e a partir de agremiações que não são portadoras de projetos sociais claramente definidos ou, ainda, tudo isso junto.

Se se pode falar em modelo, o que até aqui foi exposto sobre o processo eleitoral pode ser assim resumido: a) a tripla competição (pela candidatura, pelo apoio das diversas frações burguesas e pelo voto) em que as três fases se condicionam mutuamente; b) a personalização da disputa exige a reunião de um *staff* em torno do candidato que é apresentado como grupo dirigente da campanha e, em caso de vitória, do governo; c) por se tratar de uma competição pelo cargo de gestor do Estado capitalista, a busca de apoio entre as várias frações da burguesia torna-se inescapável (imperativo que deve ser relativizado no caso do candidato que vislumbra ultrapassar a institucionalidade deste Estado) e obedece às linhas de força estabelecidas no programa do candidato em confronto com as do bloco no poder; finalmente, d) devido à combinação do montante de recursos materiais e humanos necessários à competição com a já referida institucionalização da atividade política como carreira profissional, cada candidatura se organiza como um “empreendimento eleitoral”, com as características já descritas acima.

Por fim, a incerteza como referência característica da democracia, postulada por Przeworski (1984) corresponde apenas às competições pelo voto e pela formação de grupos dirigentes, e se funda sobre a exigência de certeza, correspondente à competição pelo apoio das frações burguesas, mesmo porque a certeza exigida se prende às determinações estruturais do Estado capitalista, tanto econômicas como políticas.

Mesmo se considerarmos que a formulação de Przeworski supõe graus variáveis de incerteza, conforme a posição nas relações de produção, a exigência de certeza quanto às determinações estruturais permanece uma referência decisiva dos capitalistas para a definição do candidato a apoiar. Quando tal exigência não é satisfeita, abre-se uma larga avenida por onde passam os mensageiros da crise.

Referência bibliográfica

CASTELLS, Manuel. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra.

CERRONI, Umberto. (1982). *Teoria dos Partidos Políticos*. São Paulo: Ciências Humanas.

MOTTA, Célia M. (2002). “Ricos discursos (e miseráveis efeitos) da política neoliberal”. *Lutas Sociais*, nº 8.

POULANTZAS, Nicos. (1977). *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

PRZEWORSKI, Adam. (1984). “Ama a incerteza e serás democrático”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 9.

REES, Laurence. (1995). *Vende-se Política*. Rio de Janeiro: Revan.

SAES, Décio. (2001). *República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

SCHUMPETER, Joseph A. (1984). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

THOMPSON, John B. (1995). *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes.